



PRECISAMOS DAR ADEUS AO ACHISMO: O PAPEL DA LINGUÍSTICA NO COMBATE AO NEGACIONISMO

*Let's say goodbye to guessism: the role of the Linguistic Science in
the fight against denial attitudes*

Marcus Garcia de Sene¹
Gladis Massini-Cagliari²

RESUMO: A linguística sempre esteve na linha de frente da crítica das relações de produção capitalista, uma vez que é concebida, junto com as demais ciências humanas e sociais, como não utilitarista (Ordine, 2016). Por não parecer utilitarista, a linguística é alvo de críticas que se iniciam no próprio fazer científico e se estende a visão de língua, que é disseminada como algo monolítico e homogêneo. Sobre este aspecto, vale destacar que o imaginário social é perpassado por uma concepção de homogeneidade linguística (Lucchesi, 2015) e, a partir disso, viabiliza o surgimento de falsos saberes que são veiculados, recorrentemente, em todas as mídias. Sendo assim, o intento deste artigo é discutir o papel da ciência linguística na desmistificação de pseudo-saberes que são responsáveis por endossar a visão do purismo linguístico. Para isso, toma-se como referência à publicação realizada na Folha de São Paulo no dia 02/05/2020 cujo título é “Adeus à linguagem”. É válido destacar que os falsos saberes encontrados na referida publicação acabam sendo prejudiciais para a construção e o desenvolvimento de uma sociedade plural, sem mencionar que reforçam o desconhecimento a respeito de aspectos elementares com os quais os linguistas trabalham cotidianamente: língua, linguagem, léxico e gramática.

Palavras-chave: Linguística; Falsos saberes; Ciência; Utilitarismo

ABSTRACT: Linguistics has always been at the forefront of criticism of capitalist production relations, since it has been conceived as non-utilitarian (Ordine, 2016), along with other Human and Social Sciences. Because it does not appear to be utilitarian, Linguistics is often target of criticism, which starts in the scientific work itself and extends to the vision of language, which is disseminated as something monolithic and homogeneous. In this regard, it is worth noting that the social imaginary is permeated by a conception of linguistic homogeneity (Lucchesi, 2015) and, from this point of view, it enables the emergence of false knowledges that are recurrently conveyed in all media. Therefore, the purpose of this article is to discuss the role of the linguistic science in demystifying pseudo-knowledges that are responsible for endorsing the vision of linguistic purism. In order to do so, we refer to an article published in Folha de São Paulo on 05/02/2020, whose title is “Adeus à linguagem” [“Goodbye to language”]. It is worth noting that false knowledges found in the publication end up being harmful to the construction and development of a plural society, not to mention that it reinforces the lack of knowledge about elementary aspects with which linguists work daily: language, lexicon and grammar.

Keywords: Linguistics; False knowledges; Science; Utilitarianism.

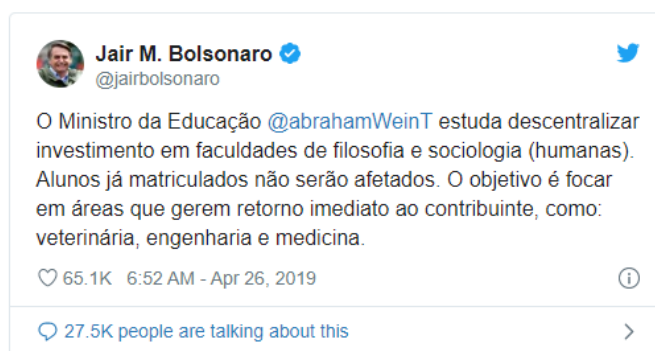
¹ Professor Adjunto do Departamento de Linguística e Práticas de Ensino da Universidade de Pernambuco campus Garanhuns. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Letras (Profletras). Líder do Grupo de Pesquisa VAELP-TL. E-mail: marcus.sene@upe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2715-5294>

² Livre-Docente em Fonologia, no Departamento de Linguística, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, campus de Araraquara, onde exerce atualmente a função de Professor Titular. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1B. E-mail: gladis.massini-cagliari@unesp.br

Introdução

Mesmo antes da pandemia desencadeada pela COVID-19, que tem acometido todos os países, as Ciências Humanas e Sociais já eram alvos de críticas negativas no Brasil, que não são novas nem originadas nesse período. Essas críticas começam a ganhar mais ‘destaques’ a partir da eleição do presidente Jair Bolsonaro, que, por exemplo, após uma transmissão no Facebook, realizada no dia 25 de abril de 2019, publica a seguinte declaração em seu Twitter:

Figura 1 – Declaração do Presidente sobre o corte de investimento nas Ciências Humanas



Fonte: Twitter

Na referida publicação, o então presidente deixa explícita a “prioridade” do seu governo no direcionamento dos investimentos, a começar pela Veterinária, área diretamente relacionada à Agropecuária, que é um setor que Jair Bolsonaro, desde o início de campanha, sinaliza o interesse em expandir; seguido da Engenharia, que tem uma relação direta com o desenvolvimento tecnológico do país e, por último, a Medicina. O interesse em priorizar estas áreas, a partir da justificativa que são as ciências responsáveis pelo retorno imediato, é o que fundamenta quase todas as críticas direcionadas às humanidades, afinal há uma tendência antiga de que a prioridade deveria ser daquilo que tenha ‘utilidade’ e que dê, de certa forma, ‘um retorno imediato’. Ordine (2016, p. 10) destaca que, no universo do utilitarismo:

um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que um poema, uma chave de fenda mais que um quadro: porque é fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte.

Essa dificuldade ou até negligência de reconhecer o desenvolvimento extraordinário promovido pelas ciências humanas (Chizzotti, 2016) causa prejuízos irreparáveis para a sociedade, uma vez que é papel das ciências humanas “encontrar respostas às grandes interrogações sobre a humanidade, sua identidade, seu lugar no universo e suas relações com a



matéria e a vida” (Chizzotti, 2016, p. 601). No entanto, para promover a compreensão das grandes investigações do universo e da natureza humana é imprescindível que as ciências humanas e sociais surjam “sem a preocupação” com sua utilidade ou aplicabilidade - mas isso não equivale dizer que essa ciência não tenha utilidade. É preciso esclarecer que se atualmente é comum que as ciências sejam orientadas para a solução de problemas, estas não seriam possíveis sem um conhecimento anterior advindo de uma teorização (só se pode “aplicar” um conhecimento já construído). Sendo assim, as aplicações finais de uma ciência como as ciências humanas e sociais não são imediatamente evidentes, nem podem ser, de certo modo, previstas, mas a relevância deste tipo de pesquisa para o futuro da humanidade dificilmente deveria ser superestimada. Piovezani, Curcino e Cruz (2021, p. 20), na Apresentação do livro de Trabant (2020), mostram que esse autor assume a posição de que

nos tornamos humanos, demasiadamente humanos, quando, diferentemente de outras espécies, não nos contentamos somente com ações práticas que asseguram, auxiliam ou tornam mais confortável nossa sobrevivência, mas nos dedicamos às “inúteis” buscas pelas causas e razões dos seres, dos fenômenos e das coisas em geral e da linguagem e dos seres humanos em particular

Apesar de muitas das pesquisas da área terem uma aplicação imediata, a Linguística é um bom exemplo de uma ciência que, além de estar sempre no fogo cruzado do negacionismo, se desenvolve, aparentemente, como uma ciência do “inútil”. A razão para tal talvez seja o fato apontado por Trabant (2021, p. 45): “Tudo o que é prático, todo conhecimento performativo é considerado mil vezes mais importante e “útil” – e é, portanto, muito mais bem pago – do que nossos serviços científicos, considerados pouco úteis”.

O motivo que coloca a ciência Linguística sob o radar de muitas pessoas é o fato de que ela é a responsável pela investigação do que é mais essencial ao homem, a partir da qual se baseia nossa própria definição de seres humanos enquanto seres pensantes: a linguagem. É na linguagem e pela linguagem que o ser humano se constitui, mas também marca suas diferenças. Desse modo, quase sempre temos algo a dizer sobre fenômenos concernentes à linguagem, sendo especialistas ou não. Além de uma posição sobre o fato linguístico em si, os falantes parecem se mostrar sensíveis às diferenças, “externando, muitas vezes, atitudes e juízos de alta virulência” (Faraco, 2007, p. 23). Essas atitudes e juízos, em grande parte, se explicam devido a falsos saberes sobre o conhecimento linguísticos que é frequentemente circulado na mídia nacional.

Isso acontece porque “o modo científico de dizer a realidade lingüística nacional não conseguiu ainda se fazer ouvir a ponto de colocá-la como uma questão concreta sobre a mesa” (Faraco, 2001, p. 38) e isso advém, certamente, da noção imprecisa de que os linguistas desenvolvem uma ciência “inútil”, o que endossa a importância destes pesquisadores em desenvolver um diálogo que perpasse os especialistas. Para que a questão da suposta inutilidade da ciência Linguística fique clara, é preciso lembrar que Saussure (1857-1913) foi um dos principais expoentes nas buscas de grandes interrogações e, com isso, atuou como um catalizador



das tendências que já estavam circulando a respeito de língua e linguagem em sua época e se propôs à sistematização de aspectos importantes que dão vida ao que se entende por Linguística moderna. Todo esse saber catalisado se faz presente em sua obra póstuma, o Curso de Linguística Geral (Saussure, 2021). Na referida obra, é possível encontrar as grandes dicotomias saussurianas (langue x parole, sincronia x diacronia, sintagma x paradigma e significante x significado), que são responsáveis pela consolidação da Linguística sincrônica, bem como pelo crescimento da ciência Linguística como um todo.

Esses desdobramentos resultam em vários saberes cujo valor essencial está desvinculado, quase que totalmente, de qualquer fim utilitarista¹. Muitos dos saberes linguísticos são responsáveis por perscrutar a própria natureza humana, além de revelar como se dá o pensamento e, a rigor, é livre de interesses práticos, mas o saber construído dentro dessa ciência pode ter um impacto imediato em produtos e materiais – o que, em geral, é desconhecido pela população como um todo. Como alguns exemplos de “aplicações imediatas” dos resultados das pesquisas em Linguística (teórica), podem ser citados: em educação, no ensino de Português como língua materna e na formação de professores para o ensino básico e médio, incluindo o enfoque em inovação/renovação do ensino em todos os níveis, incluindo o nível superior; em educação, na avaliação e produção de materiais didáticos e na recodificação de uma norma linguística mais realista (cf. Scherre, 2005, p. 70-71); em educação, na produção de materiais didáticos de outra natureza, como filmes, livros paradidáticos, sites, aplicativos etc.

Além disso, existem contribuições imediatas na preservação de línguas e culturas, registrando, descrevendo, promovendo as línguas indígenas nativas do Brasil; na produção de materiais importantes para a sociedade, como dicionários, guias ortográficos, guias de redação, software/aplicativos, etc.; em acessibilidade, a partir de pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e sobre audiodescrições; em internacionalização e na construção da cidadania global, a partir do ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras e na tradução/interpretação; na preservação da cultura, a partir do ensino de línguas clássicas; no ramo editorial, na revisão/edição de textos diversos para editoras, redações de jornais e revistas, além de manuais técnicos; nas áreas de telefonia e inteligência artificial, no desenvolvimento de sistemas de percepção e síntese de fala; na área de segurança, no desenvolvimento de aplicativos de segurança (travas eletrônicas baseadas em reconhecimento do falante, por exemplo); na área de criminalística, a partir de perícias (Fonética Forense); etc.

Tais aspectos evidenciam que a ciência Linguística ocupa um papel fundamental no desenvolvimento da humanidade e das outras ciências, dado o teor de sua interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento. Sendo assim, qualquer ataque às Ciências Humanas é prejudicial ao desenvolvimento da humanidade e, para além disso, é responsável por alimentar falsos saberes, especialmente sobre a língua e a linguagem. Esses mitos estão sendo divulgados de várias formas, em jornais de grande circulação e redes sociais, em geral. Desse modo, diminuir

¹ Aqui, “utilitarista” é empregue no sentido de “utilizável”, “prático”, “funcional”, que tem um motivo concreto; que resulte da criação de um novo produto, ou na criação de algo comercializável.



o potencial das Ciências Humanas, como a Linguística, por exemplo, é alimentar uma série de equívocos que são frequentemente propagados nos veículos de comunicação, inclusive desconsiderando a importante contribuição direta da Linguística para o ensino de língua materna – que será discutida na próxima seção. Posto isso, o objetivo deste texto é projetar reflexões sobre a língua e a ciência Linguística, com vistas a desmistificar falsos saberes, combatendo o negacionismo, neste sentido. Para isso, apresenta-se o porquê da Linguística e a quem interessa e, na sequência, uma argumentação a respeito de uma publicação realizada na Folha de São Paulo, cujo título é “Adeus à linguagem”. O intuito é desmistificar as imprecisões presentes na reportagem, de modo a salientar o papel do linguista no combate a estes mitos.

O porquê da linguística e a quem interessa

O questionamento advindo deste subtítulo pode soar bastante óbvio para professores, pesquisadores e alunos da ciência linguística, mas se faz importante diante dos sucessivos cortes de verbas e financiamentos destinados a esse campo de estudo. Vale mencionar, também, que a indagação acima se faz crucial devido à expressa necessidade de divulgação dos trabalhos que são realizados nas Ciências Humanas e Sociais, com ênfase na Linguística. Afinal, um dos desafios da ciência como um todo, hodiernamente, é o diálogo com a sociedade, sem grandes academicismos, mas com o rigor próprio da ciência, a partir da divulgação científica, desenvolvendo o letramento científico.

Os ataques às Ciências Humanas e Sociais encobrem uma problemática anterior, já brevemente mencionada na introdução, no que se refere à discussão entre ciência ‘pura’ e ‘aplicada’². De modo geral, motivada pela noção de utilitarismo (Ordine, 2016), a sociedade e as entidades governamentais apenas direcionam atenção mínima àquilo que tenha aplicabilidade ou ofereça uma solução para a resolução de problemas – e isso explicaria os incessantes cortes nas verbas para as pesquisas na área das Ciências Humanas. No entanto, destaca-se que essa ideia de diferenciação de investimento entre ciência ‘pura’ e ‘aplicada’ não é nova; no boletim da Academia Americana de Artes e Ciência, publicado em outubro de 1970, já se fazia menção ao fato de que o investimento federal em pesquisa científica, que alcançou seu auge nas duas décadas que sucederam à Segunda Guerra Mundial, passou por uma mudança decisiva de direção. Daquele período em diante, houve uma tendência contrária ao grande apoio do governo para as pesquisas que não prometiam um retorno direto e imediato na forma de aplicações práticas para a sociedade.

² A diferença entre ciência ‘pura’ e ‘aplicada’ é feita pelo filósofo Immanuel Kant, que fez a distinção, em seu livro *Fundamentos Metafísicos da Ciência Natural* (1786). O autor, na ocasião, utilizou os termos “*reine Wissenschaft*” (ciência pura) e “*angewandte Vernunftkenntnis*” (conhecimento racional aplicado) (SCHULZ, 2019). No entanto, o ‘aplicado’, em Kant, não se referia a algo que fosse ‘utilitário’, mas àquilo que pode ser ‘apreendido empiricamente’, o que englobaria, então, todas as ciências naturais. O conceito foi transformado em “*Applied Science*” – a tal ciência aplicada como nos embates de hoje (SCHULZ, 2019). Essa ‘confusão’ advém, então, de uma tradução de Kant para o inglês, feita pelo poeta Samuel Taylor em 1817.



A partir desse período (ou quem sabe até antes disso), a tensão entre esses polos ficou ainda maior, dado que esta começou a ser uma justificativa para que entidades governamentais decidissem quais seriam as pesquisas a serem financiadas pelo dinheiro público. Porém, não existe nenhum conhecimento científico de uso prático e direto que se sustente à parte de outro tipo de conhecimento que não tenha uso prático – o que esclarece, então, que a justificativa de não priorizar a ciência ‘pura’ é infundada. Afinal, o que é conhecido como ciência aplicada nada mais é do que a aplicação da ciência ‘pura’ em problemas específicos (Huxley, 1909). Sendo assim, é importante lembrar, por exemplo, que o uso de tradutores automáticos não existiria se seus inventores, que também são linguistas, não tivessem se dedicado a uma longa investigação teórica sobre o funcionamento de uma determinada língua.

Embora alguns esforços possam ser encontrados para combater essa tensão, ela ainda se faz presente no século XXI. Um exemplo é a decisão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), publicada no dia 23 de abril de 2020³, informando que haveria uma chamada pública para a concessão de até 25 mil bolsas do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC). No entanto, a participação estava restrita às áreas prioritárias previamente definidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a saber: Tecnologias estratégicas; Tecnologias habilitadoras; Tecnologia de produção; Tecnologias para o desenvolvimento sustentável e Tecnologias para qualidade de vida.

Tal medida não só exclui as Ciências Humanas e Sociais, como também as condiciona aos projetos que são prioridades do MCTIC. Em outras palavras, conforme a própria matéria do site do CNPq, “são também considerados prioritários, diante de sua característica essencial e transversal, os projetos de pesquisa básica, humanidades e ciências sociais que contribuam, em algum grau, para o desenvolvimento das Áreas de Tecnologias Prioritárias do MCTIC e, portanto, são considerados compatíveis com o requisito de aderência solicitado” (grifo dos autores). Nesse sentido, nota-se que novamente se sobressai o discurso do utilitarismo da ciência, o qual apenas enxerga valor naquilo que é concreto e material, passível de comercialização.

No entanto, todas as ciências, sejam elas humanas, sociais, médicas, exatas entre outras, são de extrema importância para a construção e o desenvolvimento de um país, afinal elas se constituem, essencialmente, de teoria e prática. Tendo isso em vista, é importante compreender, primeiro, o porquê de a ciência Linguística ser importante e de que modo ela pode contribuir para a desmistificação de falsos saberes. O senso comum atribui ao linguista a imagem do profissional que tem habilidade com as línguas, mas diferentemente disso, o linguista é o cientista que estuda a linguagem humana; é o profissional que, dentre inúmeras possibilidades de investigação, preocupa-se com a relação da linguagem com a mente (cognição humana) ou com o modo que a língua se relaciona, eminentemente, aos aspectos sociais, além

³ Para mais informações: http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/8920772



de buscar indícios sobre como as línguas naturais funcionam, de onde vieram e para onde vão (Souza, 2020). Talvez essas sejam indagações demasiadamente teóricas e abstratas, distantes de se fazerem ‘úteis’ ou terem ‘algum propósito’. Mas a partir delas é que os desdobramentos mais ‘populares’ surgem, como é o caso do fascínio do ser humano pela origem das palavras (etimologia) (Massini-Cagliari, 2012, p. 267).

O conhecimento acerca da origem de uma dada palavra só é possível a partir de uma das áreas mais populares da Linguística (Massini-Cagliari, 2012), que é a Linguística Histórica⁴. Saber a origem de uma palavra se tornou algo tão popular, como mostra Massini-Cagliari (2012), que até mesmo a revista *Caras*, destinada à publicação da vida de celebridades, por longos anos, contou com uma coluna chamada “Etimologia”. Na ocasião, “no sentido escolhido pela revista, saber a origem etimológica das palavras é ‘chique’, de bom tom social” (Massini-Cagliari, 2012, p. 268).

Além disso, os linguistas desenvolvem muitas contribuições teóricas que são, constantemente, refinadas e direcionadas para fins ‘utilitários’, como é o caso do ensino de língua. Mas vale destacar que, como foi mostrado anteriormente, qualquer caráter ‘utilitarista’ que exista por trás da linguística é fruto, como em todas as ciências, de muita discussão teórica, que precede um processo de suscitar e testar hipóteses. Se atualmente a população tem à disposição tradutores automáticos e sistema de reconhecimento de voz, uma série de cientistas, inclusive linguistas, foram necessários para o desenvolvimento destes aparatos tecnológicos. Para tal feito, muito sobre o processamento de linguagem natural foi estudado, projetos e hipóteses foram testados, tudo para desenvolver um aparelho relativamente pequeno com funções de reconhecimento da voz humana (ver Martins 2011 para mais informações). Desse modo, o Google Tradutor, para citar um exemplo, é a união bem-sucedida de muita pesquisa teórica em linguística, processamento de linguagem natural e engenharia de dados.

Outra contribuição importante da Linguística, que demonstra não só o porquê ela é importante, mas a quem interessa, pode ser vista no ensino. Muitas pesquisas forneceram discussões primordiais para desmistificar algumas ideias que circundam no espaço escolar – vale lembrar o trabalho de Possenti (1996), *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Muitos ainda acreditam que vamos à escola para aprender o que é bom e certo, para abandonar o que é errado ou ruim (ver Bagno, 2011). O que é mais complicado é que isso não parte de uma ideia isolada que nasce no meio social, mas é fomentado pela escola e por grande parte dos professores de português (Cyranka, 2007; Botassini, 2015; Marine, Barbosa, 2016; Ghessi, Barbosa, 2019; Sene, 2018; 2019) que, quando não atendem a uma pedagogia culturalmente sensível (Erickson, 1988), acabam reforçando falsos saberes – como é o caso da falsa noção de

4 Massini-Cagliari (2012, p. 267) destaca, em nota, que não se deve confundir Linguística Histórica com Historiografia Linguística. Para isso, ela usa a seguinte citação de Faraco (1998, p. 8): “Uma coisa é estudar história de uma ciência, recuperando suas origens e seu desenvolvimento no tempo é o que se faz na história da linguística. Outra coisa é estudar as mudanças que ocorrem nas línguas humanas à medida que o tempo passa, atividade específica dos estudiosos de linguística histórica”.



que os jovens deterioram a língua ou que a tecnologia contribui para a decadência da língua portuguesa.

Grosso modo, uma das razões pelas quais se deveria ir à escola é para aprender a escrever, uma vez que esse não é um processo que se aprende sem instrução formal, diferentemente da fala. Aprender a multifuncionalidade da escrita exige muita dedicação e tempo – como bem tratou uma gama de pesquisadores como Faraco (1992), Cagliari (1992, 1998) e Soares (2008). No entanto, para que esse processo não se resuma a algo mecânico, a Linguística oportunizou o repensar de várias metodologias que podem ser utilizadas para tornar tal processo mais apropriado para cada idade e nível escolar. Com isso, se um aprendiz escreve algo como *tá < está, oro < ouro, nós < nós*, ele está criando hipóteses do que seria a ortografia correta da palavra e, diferentemente do que se imaginava, não estamos diante, necessariamente, de um erro, mas de uma hipótese do escrevente sobre a maneira de representar a palavra específica que está escrevendo na escrita (Massini-Cagliari, 1996; Marcuschi, 2001; Cagliari, 2005; Bortoni-Ricardo, 2004; 2005; Barbosa, 2016; Massini-Cagliari, 2015, 2018; Sene, Sandes, 2020). Afinal, em todos os exemplos mencionados, o aluno está fazendo a supressão de um segmento que, idealmente, não prejudica o significado da palavra (ou o efeito comunicativo) – o caso do ‘está’ é um exemplo, o que dá o significado semântico a palavra é o ‘tá’ e não o ‘es’. Logo, o aluno não cria uma agramaticalidade quando, em sua produção textual, escreve ‘tá’ ao invés de ‘está’; pelo contrário, essa é uma pista de que o aluno detém um certo conhecimento linguístico, dado que busca na modalidade oral subsídios para representar as palavras ortograficamente.

Aliados a isso, a Linguística oferece subsídios importantes para o ensino de língua materna na medida em que explica e sustenta que o papel da escola não é ensinar o ‘certo’ e o ‘errado’, mas o ‘adequado’ e o ‘inadequado’. Posto isto, a elaboração de sentença bem formulada motivada pelo conhecimento explícito de regras gramaticais (uso correto e padrão da língua) não é o único aspecto que deveria ser levado em conta no ensino de língua materna. Isso porque é preciso ter compreensão, também, de normas sociais e culturais que regem a comunicação humana, afinal o uso da língua, escrita ou oral, se circunscreve, cotidianamente, a práticas sociais que são mediadas por normas implícitas⁵. Isso implica dizer, então, que não adianta saber a formulação de boas sentenças, do ponto de vista normativo, se elas não são adequadamente empregadas, considerando os interlocutores e as diferentes circunstâncias comunicativas. Sendo assim, cabe à escola ensinar ao educando o modo apropriado de circular na língua-alvo, de modo a usá-la, adequadamente, nos contextos comunicativos diversos. Para tal, é preciso compreender muito mais do que as regras gramaticais.

⁵ Essas proposições começam a ser inseridas na Linguística a partir da proposição de Hymes (1966), com o conceito de competência comunicativa. No Brasil, motivados por Hymes (1966), pesquisadores como Bortoni-Ricardo (2004, 2005, 2006, 2015), Faraco (2008), Travaglia (2008) se propuseram ao emprego da noção de adequação e inadequação da língua, ao invés de certo x errado. Isso porque, enquanto a primeira dupla de termos compreende o conhecimento das regras gramaticais mais as normas sociais e culturais, a última é limitante, quando se preocupa apenas no conhecimento explícito de regras gramaticais.



O repensar do *modus operandi* educacional motivou os linguistas a se debruçarem na elaboração de gramáticas que descrevam como uma determinada língua A ou B funciona, sua relação interna no nível lexical, fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo. Isso é muito diferente de deter uma gramática que prescreve os usos considerados padrão da língua, impondo-os como a única forma correta de usar a língua, sem se preocupar com “a capacidade do usuário de empregar a língua adequadamente nas diversas situações de comunicação” (Travaglia, 2008, p. 17). Descrever regras é melhor do que ditá-las, dado que não há uma forma ‘certa’, como já mencionado anteriormente, de usar a língua.

Logo, melhor que prescrever uma receita sobre como a *língua deveria ser usada*, é melhor descrever como *a língua realmente é* (Possenti, 1996, Travaglia, 2008) e, sobretudo, o que se espera, em termos formais, da utilização dessa língua. Esse e outros exemplos ilustram, não exaustivamente, que a pesquisa linguística interessa a todos nós, estudantes e falantes de língua portuguesa e, diferentemente do que talvez se imaginasse, a Linguística está em muitos lugares diferentes, atua em diferentes frentes. Na sequência, ilustram-se falsos saberes, que são disseminados e divulgados socialmente, e como a ciência Linguística pode desempenhar um papel crucial na desmistificação desses saberes.

Desmistificando falsos saberes

Falar de Linguística é recobrir vários aspectos sobre as línguas naturais, seu fazer científico, institucionalizado e legitimado – tal como foi apresentado acima. Essa disciplina científica se faz relevante não só por que contribuiu para a gramatização das línguas, ou seja, responsável por “descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (Auroux, 1992, p. 65), mas também porque fornece várias outras contribuições com as quais muitos elementos e novos conhecimentos foram estabelecidos.

Uma das grandes contribuições, para citar um exemplo, é a definição do que é língua. São várias as perspectivas que podem ser encontradas na literatura linguística, a começar por uma visão mais estruturalista da língua, em que “a língua era considerada em si mesma, e por si mesma” (Saussure, 1997, p. 22), ou seja, é como uma estrutura que se constitui ‘por uma rede de elementos, em que cada elemento tem valor funcional determinado’ (Peter, 2014, p. 14), por isso deve ser analisada ‘em si mesma e por si mesma’. Também tem-se a visão gerativa sobre língua, que a compreende como “um conjunto (finito ou infinito) de frases, todas elas de extensão finita e construídas a partir de um conjunto de elementos” (Chomsky, 2015, p. 15) e, por fim, uma concepção mais funcionalista (comum às áreas da Psicolinguística, Sociolinguística, Pragmática e Análise do Discurso), que olham para língua não como um sistema fechado, mas que se subscreve aos participantes do ato de fala e aos aspectos sócio-históricos-discursivos do momento de sua produção.



Sendo assim, para as visões mais funcionalistas, a língua é concebida como algo dinâmico e heterogêneo, visto que recobre um processo intenso e quase ininterrupto de interação verbal. A esse respeito, Bakhtin (1988, p. 125) completa essa discussão quando reitera que “a interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua”. Em outras palavras, não existe língua sem os seus falantes (Calvet, 2002) e a interação entre eles é o que materializa todo o potencial da competência comunicativa de um falante.

Embora essa concepção seja bem estabelecida dentro da Linguística, fora dela a visão de língua não é bem aceita como algo dinâmico e heterogêneo, além de quase sempre estar associada à gramática tradicional. Existe uma constatação geral que só faz bom uso da língua aquele que tem domínio da gramática tradicional. Aliada a isso, está a visão de que léxico e língua são, aparentemente, sinônimos. Saber gramática tradicional e algumas palavras de uma determinada língua, não significa saber aquela língua. O *status* de conhecedor de uma língua não envolve apenas o conhecimento da gramática (no sentido restrito do termo) e do léxico, afinal a língua é um fato/fenômeno de natureza sociocognitiva (Castilho, 2010; Bagno, 2014), isto é, ela existe no cérebro de cada falante, “mas depende das interações sociais para ser ativada” (Bagno, 2014, p. 22).

Os falsos saberes a respeito do conhecimento do léxico e da gramática como sinônimos de língua emergem dentro de um imaginário social e têm sido recorrentemente propagados. Um exemplo pode ser observado na publicação de uma matéria do jornal Folha de São Paulo, cujo título é “Adeus à linguagem”.

Figura 2 – Matéria da Folha de São Paulo (impresso)





Fonte: Folha de São Paulo

Essa reportagem é a materialização de uma evidência societal⁶ (Garrett, Coupland, Williams, 2003), uma vez que fornece, desde o título, equívocos a respeito da língua, da linguagem e do léxico. Esses equívocos são falsos saberes que resultam em informações imprecisas e, além disso, reforçam uma visão estereotipada construída sobre a língua por aqueles que não são linguistas. A reportagem⁷, em síntese, trata de palavras que ganharam novos usos e termos da ciência que estão sendo incorporados à língua. Com isso, a referência do título “Adeus à linguagem” é uma forma de anunciar que toda essa suposta novidade da língua portuguesa está transformando e impactando o nosso modo de falar, e essa alteração implica, então, ‘mudança no idioma’ – palavras usadas pelo redator da notícia. No entanto, vale destacar que a língua não necessariamente muda com a entrada ou a saída de algum termo ou, pelo menos, não o suficiente para que se possa ‘dar adeus a uma linguagem’. Na realidade, o léxico é responsável por nomear e construir a realidade, é um instrumento de representação e organização do mundo sensorial do homem, e seu valor não é absoluto, mas relativo (Biderman, 1978, 1981, 1999). Sobre o léxico, Vilela (1994, p. 6) amplia a discussão quando assegura que:

O léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo.

102

Essa explicitação contribui para uma definição opaca e relativa do que é ‘palavra’: opaca, por ela estar na fronteira entre o linguístico e o extralinguístico; e relativa, por variar de língua para língua (Cumprí, 2012, p. 42). Outro motivo que reforça o caráter opaco é que o léxico é parte integrante de uma língua (Vilela, 1994), não é a língua em si. Sendo assim, alterações do léxico não refletem, por si só, alterações da ou na língua. Então, diferentemente do que afirmou o redator da notícia (fig. 2), não existe uma ‘semente de mudança no idioma’ só porque houve

6 Representa a materialização de *insights* e associações estereotipadas que a população em geral apresenta de conceitos linguísticos (mas não somente). Por exemplo, qualquer conteúdo (seja governamental, educacional, midiático, propagandístico etc.) que apresente uma visão sobre a língua ou a variedade linguística é uma evidência societal importante para a investigação. Isso porque para a investigação (socio)linguística é importante não só conhecer como as pessoas efetivamente usam a língua, mas o que elas também acham sobre esses usos. (Garrett, Coupland, Williams, 2003; Sene, Biazolli, Brandão, no prelo)

7 Na reportagem em questão (figura 2) existem informações pertinentes que não refletem falsos saberes, como é o caso das informações fornecidas pela Profa. Dra. Sheilla Grilo. No entanto, sua contribuição envolve questões ideológicas que são circundantes ao discurso e aos posicionamentos políticos que podem ser expressidos por meio do uso da linguagem, não fazendo qualquer menção à transformação da língua.



o ‘surgimento’ de novas palavras e o ‘resgate’ de palavras que não eram tão habituais. O que existe, na verdade, é o registro do que há de novo, de mudanças e inovações que vão surgindo a partir dos falantes, mas, por ser um elemento dinâmico pertencente a um sistema maior, não basta o aparecimento (ou desaparecimento) de uma determinada lexia para falar em mudança linguística, visto que este não é o único sistema a ser alterado num processo de mudança linguística.

Desse modo, ‘quarentena’, ‘pandemia’, ‘distanciamento social’, ‘achatar a curva’ e ‘coronavírus’ não constituem evidências de que nossa língua vai mudar, mas representam uma realidade atual, um momento histórico-cultural que estamos vivendo; momento esse em que foi necessária a criação de uma nova palavra que pudesse dar nome ao vírus que acomete toda a população, a saber: ‘coronavírus’. Sendo assim, as novas palavras funcionam, conforme menciona Vilela (1994), como janelas com as quais podemos compreender o mundo que nos circunda. Nesse sentido, melhor do que apostar em ‘sementes de mudança do idioma’, nas palavras do jornalista, seria apostar em como o léxico, além de designar uma ‘coisa no mundo’, traz consigo uma história, um valor cultural que auxilia na construção de um determinado período histórico da nossa sociedade.

Nessa mesma esteira, Walter Porto, redator da matéria, se equivoca quando afirma que as palavras entram de supetão em uma determinada língua. Para sustentar tal afirmação, o jornalista cita uma pesquisa do *The Guardian*, jornal britânico, que relata que o dicionário de Oxford passou por uma rápida e extraordinária atualização para adição de palavras como COVID-19. É importante compreender que o dicionário, por ser um produto cultural e instrumento pedagógico (Borba, 2003), fruto do funcionamento linguístico em um “determinado momento da vida de uma comunidade” (Borba, 2003, p. 308), não registra palavras espontaneamente ou ao bel-prazer; pelo contrário, o critério maior para inclusão das palavras em dicionários é a frequência de uso e sua “representatividade no tipo de discurso cujo vocabulário se pretende retratar” (Correia, 2008, p. 10), seguido do fato de que a referida palavra deve estar compartilhada e fixada na memória coletiva (Krieger, 2014). Esse processo, de dicionarização de palavras, é independente da criação de neologismos, ou seja, o registro de novas palavras dentro de um dicionário é o modo em que se tem de registrar, a partir de um acervo de formas livres, o período histórico-cultural vivenciado pela sociedade.

A essa altura, é válido esclarecer que o neologismo não constrói apenas palavras formalmente novas, mas também “palavras preexistentes que adquirem um novo significado, ou, ainda, palavras que passam a ocorrer em registros linguísticos nos quais não costumavam ocorrer” (Correia & Almeida, 2012, p. 23). Logo, essa criação não implica em sua dicionarização, havendo critérios rigorosos a serem observados pelo lexicógrafo na inclusão de uma nova palavra ao dicionário. Sendo assim, quando o redator da matéria relata que os falantes aceitam passivamente a entrada de siglas e procedimentos científicos na fala cotidiana dos brasileiros e que esses ‘neologismos’ chegam ‘à nossa casa mudando tudo’, acaba desconhecendo que os supostos novos termos não são capazes de fornecer qualquer tipo de alteração na estrutura



linguística – visto que um processo que resulta mudança é gradual e não espontâneo. Muito diferente disso, o que ocorre, na verdade, é que o léxico, por ser um universo em contínua expansão, permite que os falantes mantenham “a língua permanentemente adaptada às contínuas mudanças trazidas pela dinâmica histórica das sociedades humanas” (Faraco, 2001, p. 132).

Posto isto, aderir a novas formas não deve ser observada como “uma aventura fortuita que desestabiliza mais uma das próprias condições da vida linguística” (Hagège, 1983, p. 43)⁸, dado que são essas condições que constroem e dão legitimidade a momentos históricos distintos. Desse modo, é fundamental entender que o surgimento de neologismos não implica em sua dicionarização, mas cumpre um papel importante para registrar o momento atual, afinal “a língua que está em uso numa sociedade é resultado de uma cultura e exprime o pensamento e os valores de um povo” (Zavaglia, 2019, p. 3). Sendo assim, ignorar a existência e relevância dessas novas palavras é ignorar o fato de que elas representam informações condensadas sobre o mundo.

Na mesma esteira, imaginários socioculturais que concebem a língua como algo uniforme e ‘puro’ também podem ser percebidos não apenas nesta reportagem, mas em outros meios de comunicação. O artigo de Brandão, Biazolli e Sene (2020), por exemplo, ilustra alguns desses imaginários materializados em publicações de usuários do Facebook. Segundo os autores, grande parte das publicações materializa preconceitos linguísticos, uma vez que faz menção ao fato de que são erros ‘cotidianos’ e ‘irritantes’. Esses falsos saberes existem há muito tempo e sequer têm um fundamento empírico. No texto, eles se materializam nas seguintes afirmações: “Não é possível que não tenhamos outro modo de entregar coisas em casa que não seja o *delivery*” e “outra palavra que de repente ficou indispensável é o *home office*”. Esse aparentemente incômodo com os empréstimos encobre uma atitude prescritiva e proscritiva existente em grande maioria dos brasileiros; isso é reforçado quando, citando Pasquale, o editor afirma que “alguns desses termos são impostos meio na marra”. Essa sensação negativa, frequentemente esboçada pelos falantes, “diante do fato inexorável de que a sua língua nativa está em transformação” (Massini-Cagliari, 2012, p. 269), é apropriadamente discutida por Yaguello (2001, p. 280):

A nostalgia alimenta atitudes passadistas facilmente encampadas pela ideologia. Por essa razão, purismo parece rimar com conservadorismo. A língua envelhece, aparentemente, com aquele que a fala e que se identifica com ela. Mas o homem não quer envelhecer; ele lê na evolução da língua sua própria decadência. Assim, ele deseja conservar a língua na pureza, na integridade de sua juventude. [...] Aceitar a mudança é se sentir, de certo modo, despossuído, é perder um poder sobre e pela língua, ainda que a condenação seja formulada no mais das vezes sob forma de juízos estéticos: a língua tão bela e tão pura de outrora se tornou vulgar, feia, trivial, pobre e sem matizes. E é por isso que a língua é um desafio tamanho no conflito das gerações tanto quanto no das classes sociais. Pois o juízo sobre a língua se estende aos indivíduos que a falam.

8 Trecho original: “l'aventure fortuite qui déstabilise mais une des conditions mêmes de la vie des langues”.



Um homem distinto fala um francês admirável, um marginal só poderia falar um francês deplorável.

Esse sentimento de repulsa à transformação da língua ou até da variação linguística é propulsor dos falsos saberes e, a depender de quando e onde estes pseudo-saberes são veiculados, são assumidos como verdade e responsáveis por dar vazão a manifestações e a atitudes negativas à evolução da língua. Destaca-se que, dentro da linguística, a adoção da palavra evolução é adequada, “porque pressupõe apenas um processo de mudanças graduais e coerentes” (Massini-Cagliari, 2012, p. 271), mas isso não implica que sua significação seja sinônimo de progresso ou crescimento. Os linguistas, em especial aqueles que se dedicam à investigação da Linguística Histórica, estudam a evolução de uma língua, mas não com o pressuposto de que estão diante de avanços ou decadências (Massini-Cagliari, 2012); pelo contrário, o pesquisador da linguagem, independente de qual subárea ele atue, “precisa estar particularmente atento para evitar transferir juízos de valor do senso comum para o trabalho de descrição e interpretação de fenômenos linguísticos” (Faraco, 1998, p. 17). Também cabe ao linguista, nesse momento sensível no qual se encontra a humanidade, em que se vive cercado de *fake news* e pseudociência, divulgar, para o público em geral, o trabalho realizado na universidade e disponibilizado por meio dos artigos científicos, com vistas a conscientizar as pessoas sobre temas que são caros à sociedade: como se dá a mudança da língua e o efeito do preconceito linguístico no cotidiano das pessoas.

Esta não é a primeira vez que manifestações contrárias às transformações da língua são propagandeadas pela mídia em geral. Em 1999, por exemplo, já havia indício de resistência às transformações que vinham ocorrendo na língua, uma vez que surgiu um projeto de Lei de autoria do Deputado Aldo Rebelo (PC do B – São Paulo), contra o uso de palavras estrangeiras. Por trás dessas atitudes contrárias, impera uma visão limitada de “identidade nacional brasileira unitária e monolítica” (Garcez & Zilles, 2001, p. 15), o que desconsidera o fato de que o Brasil tem, aproximadamente, 200 línguas diferentes que são faladas no território tupiniquim, “dessas aproximadamente 170 são línguas indígenas, enquanto as outras são principalmente de origem Europeia ou Asiática” (Massini-Cagliari, 2006, p. 64) [tradução própria]⁹. Isso endossa ainda mais a importância do linguista no combate a esse imaginário social que veicula uma visão monolítica e, também, de não adesão às alterações da língua, afinal de 1999 até no período hodierno, muito se produziu em Linguística, mas aparentemente ainda é pequeno o diálogo dessa ciência com a sociedade em geral.

Por conseguinte, toda manifestação contrária à transformação da língua ou ao empréstimo de palavras estrangeiras reflete um desconhecimento de um processo que vem de dentro para fora. Além disso, qualquer que seja a mudança (por empréstimo, mudança, neologismo etc.), no nível lexical ou não, é motivada por uma série de fatores internos e

⁹ Trecho original: “[...] of which approximately 170 are indigenous languages, while the other ones are mainly of European or Asian origin.”



externos ao sistema linguístico. Logo, não existe qualquer mudança que seja imposta ‘meio na marra’, como faz menção a matéria na figura 2. O atual movimento sinalizado pelo autor da matéria pode ser explicado devido à quantidade de coisas e costumes que são importados de países de língua inglesa.

Vale lembrar, então, que o desenvolvimento do Brasil é, em termos, dolarizado, visto que tudo que aqui se desenvolve é, de certo modo, importado de outro país e avaliado em dólar. Com isso, termos como *delivery*, *home office* e outros elementos linguísticos emprestados refletem um movimento global que cresceu no país devido à necessidade do isolamento social – isso não equivale dizer que estas palavras não fossem utilizadas antes no Brasil. A incorporação dessas formas não implica decadência da língua portuguesa e nem se quer um silenciamento da identidade dos falantes nativos, até porque é complicado avaliar a direção que uma palavra recentemente adotada pode seguir. Já se constatou que algumas palavras acabam sendo incorporadas diretamente, sem gerar alardes, como é o caso de ‘futebol’ e ‘deletar’, enquanto outras acabam, com o avançar do tempo, sendo abandonadas, como é o caso de ‘*saison*’, que era corrente no começo do século XX no Brasil) (Faraco, 2001, p. 133).

Por fim, há a imprecisão já mencionada do título da matéria, que também ilustra um falso saber, visto que não há do que se despedir exatamente. Todas essas supostas alterações acabam sendo incorporadas (ou não) quase que naturalmente por todos os falantes. Esse resgatar de algumas lexias e o surgimento de ‘novas’ só exprimem o desenvolvimento normal de uma sociedade moderna que, frente a qualquer cenário novo, se reinventa, linguisticamente ou não. Logo, o único adeus que deveria ser dado é adeus ao achismo e aos pseudo-saberes que perpassam essa reportagem e ganham força dentro do imaginário social.

É fulcral sinalizar que qualquer fenômeno linguístico, produto de uma mudança linguística, empréstimo, neologismo, etc., é um fato normal da vida de qualquer língua e “jamais fator de empobrecimento ou degeneração, noções, aliás, que desapareceram - por absoluta falta de sustentação empírica – do quadro teórico da lingüística histórica [e da Linguística como um todo] já por volta dos fins do século XIX” (Faraco, 2001, p. 137).¹⁰ Sendo assim, o título da notícia deveria, quem sabe, dar boas-vindas às novas formas ou, mais precisamente, discutir a importância do léxico e da língua na construção de um período histórico. Tudo isso só nos mostra que a língua é uma realidade que tem história, que se movimenta e se faz híbrida, distanciando-se, portanto, qualquer noção de homogeneidade.

Assim sendo, essas imprecisões e equívocos só podem ser desfeitos a partir de ações dos cientistas linguistas, uma vez que “[o linguista] tem a tarefa de descrever as leis da linguagem, mas não de ditá-las” (Bréal, 1992, p.179) e, a partir do momento em que se conhece as leis da linguagem de um ponto de vista científico descritivo, percebe-se que qualquer que seja a tentativa prescritiva, quando não bem direcionada e explicada, pode ser invalidada do ponto de vista científico. No entanto, as ações dos linguistas acabam chegando muito raramente à

10 Sobre a questão de a mudança linguística ser por vezes considerada “progresso” ou “decadência”, ver Aintchinson (2006).



sociedade em geral, mas não apenas por culpa do profissional da área, mas pela configuração do ambiente universitário que, por anos, elitizou o conhecimento científico, de modo a disponibilizar o saber científico apenas aos seus pares e, também, devido à dificuldade de penetrar a comunidade não científica, dadas a especificidade e o rigor do trabalho realizado dentro da academia. Isso começa a ser alterado com os incentivos que começam a surgir para os pesquisadores 'traduzirem' suas pesquisas para além dos muros das universidades; além da massificação da tecnologia, que possibilitou aos pesquisadores viabilizarem mais concretamente suas pesquisas e, ainda, compartilharem seus resultados com um público mais amplo.

À guisa de conclusão

A língua sempre foi alvo de profecias nefastas ao longo de sua história (Deutscher, 2014) e, por essa razão, cresce o negacionismo materializado em falsos saberes. Para os negacionistas, a língua está, como o mundo, se aproximando do seu fim cada vez mais rápido e, conseqüentemente, qualquer mudança linguística que vier a surgir é um indicativo de sua degradação. Os falsos saberes atualmente disponíveis são evidências societais importantes para os linguistas, já que sinalizam para aspectos relevantes que precisam ser trabalhados dentro e fora da universidade. No material analisado, embora não se tenha a materialização de um preconceito ou estigma, é possível observar que a imprecisão a respeito da língua perpassa o imaginário coletivo e ganha espaço em publicações como a da Folha de São Paulo, reproduzida na figura 2. No entanto, vale destacar que esses pseudo-saberes são prejudiciais para a construção de uma sociedade plural, já que são propulsores de estigmas e preconceitos linguísticos.

Na reportagem em questão, ficou clara a confusão a respeito de conceitos como língua, léxico e gramática, além da visão imprecisa de que empréstimos linguísticos (ou qualquer que seja a transformação que a língua venha a sofrer) são responsáveis por deteriorar o modo, supostamente, padrão da língua portuguesa. É fundamental esclarecer que não existe uma expectativa de que a população em geral tenha um conhecimento acurado a respeito do que são esses aspectos, pelo contrário, o esperado é que, com a popularização do saber linguístico, imprecisões a respeito do que é 'certo' x 'errado' e 'bom' x 'ruim' fossem evitadas. Além disso, a importância em popularizar a Linguística não é transformar a população em especialistas, mas promover um diálogo plural entre a sociedade em geral, permitindo que a sociedade reconheça o diferente como algo a ser respeitado e apreciado, mas nunca combatido.

Ao contrário disso, esses falsos saberes estão no imaginário social e perpassados ideologicamente pela concepção de homogeneidade Linguística e, ainda, explicitam que o purismo linguístico é um poderoso instrumento de legitimação ideológico (Lucchesi, 2015). Já existem algumas ações que visam desmistificar falsos saberes e combater o negacionismo, além



de promover uma aproximação da sociedade com a Linguística, mas estas são relativamente pequenas¹¹, especialmente quando comparadas ao número de publicações, notícias, vídeos (evidências sociais) disponíveis sobre a língua e a linguagem.

A preocupação em aproximar o conhecimento linguístico com a cultura em geral já estava presente nos escritos do *Curso de Linguística Geral* de Saussure (2021). Na ocasião, o *Curso* já descrevia qual era a “tarefa da linguística” e, a partir disso, já demonstrava o interesse em mostrar que a utilidade da linguística é servir à cultura geral.

Qual é enfim a utilidade da linguística? Pouquíssima gente tem a esse respeito ideias claras; não cabe aqui fixá-las. Mas é evidente, por exemplo, que as questões linguísticas interessam a todos aqueles - historiadores, filólogos, etc. - que têm de manejar textos. Mais evidente ainda é sua importância para a cultura geral: na vida dos indivíduos e das sociedades, a linguagem é um fator mais importante que qualquer outro. Seria inadmissível que seu estudo ficasse restrito a alguns especialistas; de fato, todo mundo se ocupa dela de um modo ou de outro; mas - consequência paradoxal do interesse que se prende a ela - não existe domínio em que tenham germinado ideias mais absurdas, preconceitos, miragens, ficções. Do ponto de vista psicológico, esses erros não são desprezíveis; mas a tarefa do linguista é, antes de tudo, denunciá-los e dissipá-los tão completamente quanto possível. (Saussure, 2021, p. 49)

Nesse sentido, o interesse em desmistificar falso saberes e aproximar a sociedade da pesquisa linguística não é novo, o que mostra que a tarefa da linguística continua mais necessária do que nunca. Uma das formas, portanto, de alcançar tal feito é a partir da popularização da ciência. Com isso, quando a sociedade se torna consciente da importância da Linguística para o desenvolvimento plural de uma sociedade, acaba-se ganhando um importante aliado no combate ao desmonte da ciência em geral que vem se tornando frequente com o passar dos anos. O desafio atual é saber o melhor modo de aproximar essas duas realidades: sociedade e ciência. Para isso, talvez seja necessário um incentivo maior para que os linguistas possam se engajar em ações na mídia e nas redes sociais, promovendo essa aproximação.

¹¹ Algumas dessas ações que ganharam visibilidade recentemente e merecem destaque são: (i) Blogs como o #Linguística, da UNICAMP, desenvolvido com objetivo de promover a divulgação científica das pesquisas realizadas na universidade; (ii) Podcasts como o Língua Livre e o Linguística Vulgar, ambos interessados em aproximar a linguística a temas sociais e atuais, demonstrando sua relevância; (iii) a revista Roseta, desenvolvida pela Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), com objetivo de popularizar a ciência em questão e, a partir disso, oferecer conhecimento linguístico de forma ‘descomplicada’. A primeira exigência da revista é considerar o público-alvo (os não linguistas) e, ainda, se despir de qualquer academicismo; (iv) a elaboração de Gramáticas Descritivas, que buscam descrever os mecanismos de organização e funcionamento sincrônico da língua, reconhecendo o espaço privilegiado da língua em uso e (v) o livro Língua de Eulália, do professor Marcos Bagno, que retrata uma discussão bastante robustas sobre variação linguística e preconceito de uma forma divertida etc.



REFERÊNCIAS

- Aitchinson, J. (2006). *Language Change: Progress ou Decay?* 3rd edition. 5th printing. Cambridge: Cambridge University Press.
- Auroux, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni Orlandi Puccinelli. Campinas: Editora da Unicamp.
- Bakhtin, M. (1988). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Bagno, M. (2011). O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. In Lagares, Xoán; Bagno, Marcos (orgs.) *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. Ed. Parábola, p.355 – 387.
- Bagno, M. (2011). *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 54. ed. Edições Loyola.
- Bagno, M. (2014). *Língua linguagem linguística - pondo os pingos nos ii*. Ed. Parábola.
- Barbosa, J. B. & Marine, T. C. (2016). Em busca de um Ensino Sociolinguístico de Língua Portuguesa no Brasil. *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, número 19/1, p. 185-215.
- Barbosa, J. B. (2016). Meu aluno escreve –peixe! Contribuições da Fonologia para entender desvios de escrita. In: Abreu, A. S.; Sperança-Criscuolo, A. C. (Eds.). *Ensino de português e linguística: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, p. 33-48.
- Barbosa, J. B. & Ghessi, R. R. (2019). Atitudes linguísticas e o ensino de língua portuguesa: uma reflexão sociolinguística. *Tabuleiro de Letras*, volume 13, p. 69-91.
- Biderman, M.T.C. (1978). *Teoria Linguística: linguística quantitativa e computacional*. Ed. LTC.
- Biderman, M.T.C. (1981). A estrutura mental do léxico. *Estudos de filologia e linguística*, São Paulo, T.A.Q. / Edusp, p. 131-145.
- Biderman, M.T.C. (1999). *Conceito linguístico de palavra*. Palavra, Rio de Janeiro, volume 5, p. 81-97.
- Borba, F. S. (2003). *Organização de Dicionários: uma introdução à Lexicografia*. Ed. UNESP. 356 p.
- Bortoni-Ricardo, S. M. (2004). *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. Ed. Parábola.
- Bortoni-Ricardo, S. M. (2005) *Nós chegemu na escola e agora?: sociolinguística & educação*. Ed. Parábola, volume 11.
- Botassini, J. O. M. (2015). A importância dos Estudos de Crenças e Atitudes para a Sociolinguística. *Signum: Estud. Ling.*, Londrina, p.3-8.



- Braid, A. C. M. (2003). *Fonética forense*. Ed. Millennium, 2003.
- Bréal, M. (1992). *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Trad. por Aída Ferrás et al. Ed. EDUC, 1992.
- Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences*. vol. 24, No. 1 (Oct., 1970), pp. 3-13.
- Cagliari, L. C. (1992). *Alfabetização & lingüística*. Ed. Scipione.
- Cagliari, L. C. (1998). *Alfabetização sem o bá-bé-bi-bó-bu*. Ed. Scipione, 1998.
- Calvet, L. J. (2002). *Sociolingüística: Uma Introdução Crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. Ed. Parábola Editorial.
- Câmara Jr., J. M. (2011). *História da linguística*. Tradução Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 7. Ed. Vozes.
- Castilho, A. T. de. (2010). *Nova gramática do português brasileiro*. Editora Contexto.
- Chizzotti, A. (2016). História e atualidade das Ciências Humanas e Sociais. *CADERNOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (ONLINE)*, volume 15, p. 599-613.
- Chomsky, N. (2015) *Estruturas sintáticas*. Editora Vozes.
- Correia, M. (2008). *Lexicografia no início do século XXI – novas perspectivas, novos recursos e suas consequências*. In: Júnior, Manuel Alexandre (coord.) *Lexicon – Dicionário de Grego-Português, Actas de Colóquio*. Lisboa: Centro de estudos Clássicos / FLUL, pp. 73-85
- Correia, M., & Almeida, G. M. B. (2012). *Neologia em português*. Ed. Parábola Editorial, 2012.
- Coseriu, E. (1979). *Sincronia, diacronia e história*. O problema da mudança lingüística. (Trad. de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira). Presença/edusp.
- Cyranka, L. F. de M. (2007). *Atitudes lingüísticas de alunos de escolas públicas de juiz de fora – MG*. (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- Cumpri, M. L. Algumas reflexões sobre léxico e gramática. *Revista EntrePalavras*, volume 2, p. 41-50, 2012.
- Deutscher, G. (2014). *O Desenrolar da Linguagem*. Mercado de Letras.
- Erickson, F. (1988). Transformation and School Success: the Politics and Culture of Educational Achievement. *Anthropology & Education Quarterly*. volume 18, nº 4, p. 335-56.
- Faraco, C. A. (1998). *Lingüística histórica*. Ed. Ática.
- Faraco, C. A. (1992). *Escrita e alfabetização: características do sistema gráfico do português*. Ed. Contexto, 69 p.



- Faraco, C. A. (2001). Guerras em torno da língua: questões de política linguística, em C. A. Faraco (org.), *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*, 2ª ed. Parábola Editorial: 37- 83.
- Faraco, C. A. (2007). Por uma pedagogia da variação linguística, em D. A. Correa (org.), *A relevância social da Linguística: linguagem, teoria e ensino*, Parábola Editorial: 21-50.
- Faraco, C. A. (2005). *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. Parábola Editorial.
- Faraco, C. A. (2008). *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós.*: Parábola Editorial.
- Garcez, P. M., & Zilles, A. M. S. Estrangeirismos: empréstimo ou ameaça. In: Silva, Fábio Lopes da; Moura, Heronides Maurílio de Melo. (Org.). *O direito à fala: a questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Insular, p. 39-52.
- Garrett, P., & Coupland, N., & Williams, A. (2003). *Investigating Language Attitudes: Social Meanings of Dialect, Ethnicity and Performance*, University of Wales Press, Cardiff.
- Hagège, C. (1983) Voies et destins de faction humame sur les langues In: FODOR, I., HAGÈGE, C. (Ed.) *Language reform: history and future*. Hamburg: Buske, volume I.
- Hymes, D. (1972 [1966]) On communicative competence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (Org.) *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, p. 269-293.
- Krieger, M. G. Heterogeneidade e dinamismo do léxico: impactos sobre a lexicografia. *CONFLUÊNCIA (RIO DE JANEIRO)*, volume 46, p. 323-334, 2014.
- Lopes, E. (1997). *A identidade e a diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa*. EDUSP.
- Lucchesi, D. (2015). *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, volume 1.
- Lyons, J. (1981). *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Tradução Marilda W. Averbug e Clarisse S. de Souza. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.
- Marcuschi, L. A. (2001). *Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”*. In Cortez. São Paulo. Rio de Janeiro: Lucerna, volume 3, p. 21–34
- Mattos e Silva, R. V. (2008). *Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa*. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 11-30.
- Massini-Cagliari, G. (1996). Erros de ortografia na alfabetização. *JORNAL DA ALFABETIZADORA*, Porto Alegre: Kuarup, PUC-RS, volume VIII, n.43, p. 17-18.
- Massini-Cagliari, G. (2006). *One language among many, many languages in one: monolingualism, linguistic prejudice and language policy in Brazil*. Revista da ANPOLL, v. 20, p. 63-84.



Massini-Cagliari, G. (2012). *O que é fazer pesquisa em Linguística Histórica?*. In Adair Vieira Gonçalves; Marcos Lúcio de Sousa Góis. (Org.). *Ciências da Linguagem: o fazer científico?*. 1ed. Campinas: Mercado de Letras, volume 1, p. 267-292.

Ordine, N. (2016). *A utilidade do inútil: um manifesto*. Trad. Luiz Carlos. Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar.

Peter, M. (2004). Linguagem, língua e lingüística. In FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística – I: Objetos teóricos*. 3 ed. Ed. Contexto, 2004. p. 13-23.

Piovezani, C., & Crucino, L., & Cruz, M. A. (2021). Apresentação. In TRABANT, J. *A linguagem, objeto de conhecimento*. Breve trajeto pela história das ideias linguísticas. São Paulo, Parábola, p. 7-20.

Possenti, S. (1996). *Porque (Não) ensinar gramática na escola?* Ed. São Paulo: ALD: Mercado de Letras.

Robins, R. H. (1983). *Pequena História da Linguística*. Tradução Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

Saussure, F. (1997). *Curso de linguística geral*. Ed. Cultrix.

Sene, M. G. (2015). *Desvios Ortográficos em textos de alunos do ensino fundamental II de Uberaba*. 50f. Monografia. (Trabalho de Conclusão do Curso de Letras Português/Inglês) - Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba.

Sene, M. G. (2018). *Os desvios ortográficos de redações escolares do Ensino Fundamental II: descrição, análise e atitudes linguísticas dos professores*. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Sene, M. G.; Barbosa, J. B. Quando a oralidade chega à escrita: discutindo os desvios ortográficos em textos do Ensino Fundamental II de Uberaba/MG. *A COR DAS LETRAS (UEFS)*, v. 19, p. 7, 2019.

Sene, M. G.; Sandes, E. I. de A. Análise de alguns traços fonológicos graduais na escrita sob a perspectiva da sociolinguística educacional. *Rev. EntreLínguas*, Araraquara, v. 6, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2020. e-ISSN: 2447-3529. DOI: <https://doi.org/10.29051/el.v6i1.1332>

Silva, F. B. (2010). Dos estudos Saussurianos aos Estudos da Linguística Moderna: Breves Reflexões. *Papéis (UFMS)*, v. 14, p. 01-13.

Soares, M. (2008). *Alfabetização e letramento*. Ed. Contexto.

Souza, L. M. de. O que um linguista faz? (parte I). *Roseta*, 27 jan. 2020.

Trabant, J. (2021). *A linguagem, objeto de conhecimento*. Breve trajeto pela história das ideias linguísticas. Ed. Parábola.



Travaglia, L. C. (2008). *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino da gramática*. 13ª ed. Editora Cortez.

Vilela, M. (1994). *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina.

Yaguello, M. (2001). Não mexe com a minha língua! In: BAGNO, Marcos (org.). *Norma linguística*. Editora Loyola. 279 – 283.

Zavaglia, C. (2019). Os dicionários brasileiros e o palavrício. *DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 35, p. 1-20.